

DESVENDANDO AS RELAÇÕES DE PODER NUM MOVIMENTO SINDICAL EM SUAPE/PE

Manoel Pedro Vieira Filho (UFPE) - manoelpvieira@gmail.com

Marllon Emanuel Souza Medeiros de Vasconcelos (UFPE) - marllon.vasconcelos@gmail.com

Resumo:

A região de Suape, situada no litoral sul de Pernambuco, nas últimas décadas ganhou notoriedade ao concentrar grandes investimentos do Complexo Suape e uma massa de trabalhadores atraídos pelas oportunidades de emprego. Hoje, presenciavam-se notícias de greves e péssimas condições laboriais. Diante desse quadro social, o objetivo deste trabalho é entender como as relações de poder ocorrem entre os trabalhadores e o Complexo Suape. O referencial teórico construído a partir de Raffestin (1993), Carvalho e Vieira (2007), Vieira e Misoczky (2003), e Barroso (2010), entre outros, permitiu compreender o fenômeno do poder no contexto das relações de trabalho. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utilizou-se o estudo de caso, entrevistas parcialmente estruturadas com informantes-chave e como recurso de análise, o emparelhamento dos dados a partir da teoria construída. Como resultado final, observou-se relações assimétricas entre os atores, estratégias de mobilização e fortalecimento do movimento dos trabalhadores do Complexo Suape.

Palavras-chave: *poder, sindicato, trabalho*

Área temática: *GT-12 Trabalho, Subjetividade e Poder*

INTRODUÇÃO

A história do Movimento Sindical brasileiro não destoa muito de outras experiências sindicais mundo afora, apesar de iniciar de maneira tardia por volta do final do século XIX e mais intensamente no início do século XX, principalmente com a ascensão do período getulista na política brasileira (HILÁRIO, 2012).

O estudo de Costa (2005) relata que o cenário da regulação do trabalho no Brasil está imerso em correntes ideológicas e disputas políticas. Nesse aspecto, Hilário (2012) apresenta algumas correntes: anarquismo, socialismo, sindicalismo cristão e sindicalismo “amarelo”, dentre outras perspectivas que adentram no país devido aos imigrantes estrangeiros. Além disso, é importante destacar que tanto no Brasil quanto nos demais países a organização sindical se estruturou a partir de 30 no contexto da grande depressão, no caso brasileiro se destaca a constituição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); já no período da ditadura militar houve um recrudescimento das relações trabalhistas (HILÁRIO, 2012; COSTA, 2005). Por fim, já nos anos 90 em virtude da reestruturação produtiva o país adentrou na precarização, flexibilização das relações trabalhistas, desemprego crescente e enfraquecimentos do sindicalismo brasileiro (COSTA, 2005; KREIN et al, 2015; ALVES, 2002).

Em Pernambuco, o contexto sindical apresenta aspectos importantes: o surgimento e fortalecimento do sindicalismo rural (AMARAL, 1984; KOURY, 2012) e a forte repressão da ditadura militar ao sindicalismo dessa localidade (TEREZA LEITÃO, 2014).

Recentemente, o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) tem sido tema recorrente de debates e estudos entre vários representantes da sociedade, principalmente porque seu contexto converge para as implicações econômicas e sociais do projeto (RODRIGUES, 2012). Dentre as várias questões frequentes a esse tema, destaca-se uma procura intensa por força de trabalho qualificada e especializada (CAVALCANTI, 2013) para as obras presentes no CIPS, mas que por outro lado, isso tem gerado novas relações de trabalho marcadas pela precarização e exploração dos trabalhadores inseridos na localidade.

Dessa forma, percebe-se o contexto das relações de trabalho presentes em Suape, o qual se traduz em conflitos e relações de poder entre os atores envolvidos. No estudo de Rodrigues (2012), pretendeu-se estudar as ações sindicais ocorridas no CIPS tendo como ponto de partida as práticas locais como parâmetro para as novas configurações das relações de trabalho, e de entendimento do sindicalismo brasileiro. No caso desse estudo, é perceptível que as relações de poder se fazem presentes, mesmo que não tenha sido a perspectiva central de seu trabalho. Na pesquisa conduzida por Cavalcanti (2013), o qual originou este trabalho, também foi possível verificar relações de poder no âmbito da precarização do trabalho através dos movimentos sindicais atuantes na região de Suape. Desta forma, mesmo existindo pesquisas com diferentes abordagens que tratam das relações de trabalho e dos movimentos sindicais em Suape, dá-se neste estudo um olhar a partir das relações de poder, tendo em vista que o fenômeno do poder é construído a partir da produção e da relação de dependência entre os atores sociais (RAFFESTIN, 1993; CARVALHO; VIEIRA, 2007). Com isso, esta pesquisa se justifica pela necessidade de compreensão do que ali acontece e, sobretudo, pela intensificação dos conflitos lá existentes.

Ademais, numa visão mais ampla, o sindicalismo brasileiro não é um movimento homogêneo, isto é, ele carrega consigo diversos fatores os quais o influenciam, como por exemplo, o setor produtivo, os posicionamentos ideológicos dos atores e as características da localidade, dentre outros (RODRIGUES, 2012). Diante dessa premissa, possivelmente os sindicatos atuantes em Suape devem também presenciar essas e outras características e sua compreensão é urgente, notadamente no contexto atual de precarização e conflitos.

Assim sendo, e em decorrência da abrangência do lócus investigativo, o objetivo central deste artigo é identificar e caracterizar as relações de poder entre os agentes do campo social do sindicalismo na região de Suape/PE.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na fundamentação teórica se discute as relações de poder e em seguida, explana-se sobre o sindicalismo. Na sessão metodológica, apresenta-se como foi realizada todas as etapas da pesquisa. Por fim, discutem-se as principais descobertas no lócus investigado e em seguida, apresentam-se as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O fenômeno do poder: perspectivas de análise e seus elementos

O conceito de poder se situa num amplo campo de significações. Tal fenômeno sempre acompanhou o ser humano, desde o domínio sobre a natureza, na relação com seus semelhantes, nas primeiras sociedades e principalmente, nas organizações. Dessa forma, mesmo diante de sua complexidade e diversidade de significado, o poder é inerente a qualquer ação de um ator social e tem sua importância na explicação das estruturas sociais (CARVALHO; VIEIRA, 2007).

O poder é uma categoria que não está limitada ao tempo e ao espaço, mas se faz presente a partir de qualquer produção dos atores sociais (RAFFESTIN, 1993). A partir disso, percebe-se que a prática social de qualquer ator se constitui em produções que se traduzem em relações de poder as quais transcendem essas duas variáveis. Dessa forma, tais produções estruturam um campo de poder, o qual é tido como um espaço em que os agentes medem força por meio de diferentes capitais, isto é, recursos que dispõem (VIEIRA; MISOCZKY, 2003). Portanto, essas produções que os agentes sociais realizam reforçam o caráter relacional do poder.

Ao se considerar essa característica do poder, passou-se a perceber os laços de dependência entre os atores sociais e com isso, é possível identificar o tipo e a natureza do poder presente nessa relação (CARVALHO; VIEIRA, 2007). Para se chegar a essas duas maneiras de compreender esse fenômeno, é preciso identificar os elementos que o constituem, os quais são: os atores, as estratégias para conseguir seus objetivos, os mediatos da relação e por fim, os códigos e as variáveis espaciais e temporais presentes na relação (RAFFESTIN, 1993). Utilizando estes elementos, podemos classificar as relações de poder quanto ao tipo e a natureza delas, isto é, se são simétricas ou assimétricas; e se também são sem ou com conflito. O quadro explicativo de nº 1 estabelece as diferenças entre os conceitos.

Quadro 1 – Tipologias e natureza do poder

Tipologia do Poder	
Simetria	Assimetria
É uma relação que mostra uma equivalência entre os atores, isto é, o resultado beneficia a todos os envolvidos.	É uma relação desigual entre os pares, ou seja, não há o reconhecimento das necessidades de um deles. Nessa tipologia, há disputa pelos recursos de poder, resistência e conflitos.
Natureza do Poder	
Sem Conflitos	Com conflitos
É caracterizada por uma relação harmoniosa, em que se reconhece a figura de uma autoridade.	Sua natureza evidencia relações de dominação. O poder é entendido como processo de mudança, tendo em vista que há interesses em disputa e redistribuição dos recursos de poder.

Fonte: Adaptado de Raffestin (1993), Carvalho e Vieira (2007) e Vieira e Misoczky (2003).

Como o poder é relacional e envolve o uso de estratégias para fins de determinados interesses, é necessário destacar os conceitos de capital social e político, os quais são fundamentais para tal finalidade. O primeiro está relacionado à capacidade de mobilização, de articulação entre os atores, isto é, das estruturas sociais que são acionadas para que a estratégia, seja ela individual ou coletiva, consiga resultados; frisa-se que quanto maior o engajamento cívico maior o capital social (SERAFIM, 2014). Já o segundo conceito, “assegura aos seus detentores uma apropriação privada de bens e serviços públicos” (BOURDIEU, 1996 apud GAMEIRO; CARVALHO, 2013, p. 17).

Mediante o uso de estratégias e de recursos disponibilizados, o ator se transforma em agente na medida em que faz uso consciente de seus poderes. Além disso, os agentes mobilizados podem constituir uma agência devido ao grande potencial agregado para promover intervenções e mudanças (VIEIRA; MISOCZKY, 2003). Ao se instituir uma ou mais agências, abre-se o caminho para a reafirmação de seus espaços, quando isso ocorre surgem “múltiplos grupos na arena de decisão” (VIEIRA; MISOCZKY, 2003, p. 53) os quais estabelecem coalizões movidas por interesses distintos, cuja finalidade é fazer valer suas políticas e também exercer poder sobre outros grupos (CARVALHO; VIEIRA, 2007).

Desta forma, essa primeira parte teórica permitiu entender o fenômeno do poder não apenas sob o ponto de vista conceitual, mas principalmente sob a ótica de suas características e componentes, os quais se permite enxergar os agentes, seus recursos e coalizões existentes numa relação de poder. Na sessão seguinte, discute-se a origem dos sindicatos e suas relações com o Estado e a lógica empresarial.

Os sindicatos: estabelecendo relações com o Estado e a lógica empresarial

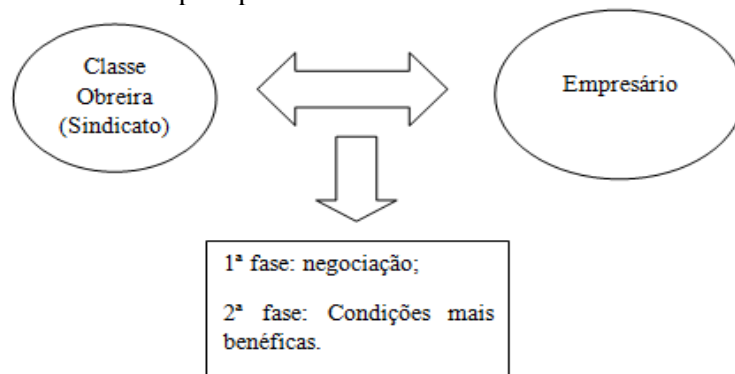
Historicamente, é sabido que as partes envolvidas no contrato de trabalho eram desiguais, principalmente no que tange às condições de trabalho. Essa realidade contribuiu para as primeiras ações de interferência do Estado nesse aspecto (MUGNOLO, 2010). Além disso, foi fundamental o papel das organizações e dos trabalhadores no que se refere às condições de trabalho (HENRIQUE, 2010). Com base nisso, surgiu o sindicalismo o qual esteve atrelado à perspectiva da relação trabalhista industrial (OLEA, 2010). Os autores Krein et al (2015, p.122) também colaboraram com essa perspectiva ao afirmarem que os sindicatos “são produtos um produto histórico do predomínio do assalariamento enquanto princípio organizador e estruturante das relações sociais no capitalismo”.

Sendo um agente organizador e estruturante no âmbito do capitalismo, os sindicatos surgiram para substituir a autorregulação do mercado e o despotismo patronal (KREIN et al, 2015). Nesse sentido, o sindicato é “um sujeito coletivo que, em atenção às forças negociais, nutre o conjunto plural de trabalhadores e se posiciona como parte contratual fortalecida” (MUGNOLO, 2010, p. 19). Em outras palavras, o sindicato se configura como um negociador com os empregadores e se utiliza da representação por meio de uma direção coletiva (SOUZA, 2010).

No caso do Brasil, as organizações sindicais se constituíram mediante a intervenção do Estado, e isso repercutiu também na cultura sindical brasileira a qual está sob os propósitos do poder público (BARROSO, 2010). As bases dessa caracterização foram oriundas dos debates entre liberalismo econômico e intervenção estatal, os quais estiverem presentes desde o final do século XIX até início dos anos 30, quando Vargas assume o comando do Estado. Por fim, as razões para essa intervenção são: ter uma legislação trabalhista que favorecesse a expansão capitalista no Brasil, o reconhecimento das associações e também pelas articulações políticas com as lideranças sindicais (COSTA, 2005).

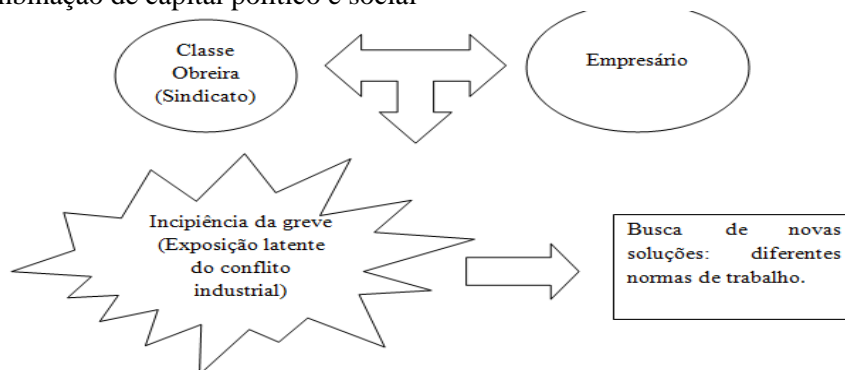
Nas figuras 1 e 2, é mostrado um esquema que mostra as relações entre sindicatos e empresários. O esquema da figura 1 mostra dois polos: o sindicato e os empresários. Inicialmente, o sindicato se utiliza do seu poder político para fins de negociação e busca de condições mais benéficas. Caso não tenha os efeitos alcançados, parte-se para um momento mais crítico com a eclosão de greves, o qual é representado pelo esquema da figura 2, e é nessa fase que se observa o uso do capital social combinado com o capital político, e ao final esperam-se novas soluções para se encerrar o conflito. Ressalta-se que esses esquemas são teóricos e de certa forma simplificados tendo em vista a complexidade do fenômeno social e a exclusão da atuação do Estado.

Figura 1- O sindicato e o uso do capital político



Fonte: Adaptado de Mugnolo (2010).

Figura 2 – Combinação de capital político e social



Fonte: Adaptado de Mugnolo (2010).

No que se refere ao comportamento do Estado, reporta-se que esse agente tinha como reação inicial a incompreensão e repressão ao movimento sindical, e que depois adotou uma postura de reconhecimento, bem como de tutela e cooptação. Com esse novo olhar sob os sindicatos, o Estado passou a transferir a administração laboral para os que estão envolvidos de forma mais direta, isto é, os empresários e os trabalhadores (representados pelos sindicatos), pois são esses que conhecem a natureza do conflito laboral. Contudo, esse ator pode também tomar parte do conflito ao propor soluções às partes e se posicionando como árbitro (MUGNOLO, 2010). Portanto, tanto o papel de transferência como também o de mediação podem reforçar a visão de que o Estado possui um metacapital que o legitima a agir de tal forma em outros campos, e também sobre a taxa de câmbio entre os capitais, ou seja, a transferência de capitais e sua reconversão (GAMEIRO; CARVALHO, 2013).

A intervenção do Estado no âmbito das relações sindicais pode também provocar mecanismos de cooptação, para os quais as organizações sindicais podem não resistir (MUGNOLO, 2010). Esse aliciamento significa limitar o potencial de representatividade dos

sindicatos, condicionando sua ação em favor dos interesses governamentais ou mesmo empresarias. Por fim, a cooptação pode ainda ser facilitada por meio de “uma fragmentação do poder ativo-representativo dos sindicatos profissionais”, pois tendo a representação sindical disposta em setores pode-se perder o bloco de força antes constituído (BARROSO, 2010, p. 28).

Sob a ótica do empresariado a atuação do Estado deve ser mínima, acarretando-se benefícios privados voltados para o aperfeiçoamento dos mercados, mediante padrões de flexibilidade laboral e desregulação. Ainda nessa perspectiva, os sindicatos ficam limitados a assuntos setoriais, bem como há uma domesticação sindical que os fazem perder seu caráter emancipatório (OLEA, 2010). Ressalta-se que o Brasil vivenciou essa perspectiva a partir dos anos 90, quando ocorreu um processo de fragilização do sindicalismo e de flexibilização das relações de trabalho (KREIN et al, 2015). Dessa forma, esses fatores colaboraram para descentralizar as negociações, flexibilizar convenções e restringir as práticas sindicais nos limites das empresas ou do local de trabalho (ALVES, 2009).

Diante desses aspectos, a emancipação deve ser vista como fator de sobrevivência para essas organizações, assim como uma bandeira para a libertação individual e social. Nesse sentido, considera-se que o movimento sindical não deve ser indiferente aos processos de luta travados pelas populações contra as investidas dos grandes sistemas e projetos tecnológicos (GORZ, 2003). Tendo em vista que atualmente, o contexto das relações de trabalho no Brasil é marcado por precarização, desemprego, fragmentação do sindicalismo, dentre outros aspectos (ALVES, 2002).

Portanto, o que se procurou apresentar nessa sessão foram o funcionamento e os desdobramentos da atuação dos três principais agentes relacionados aos conflitos no campo das relações de trabalho. Adiante, é apresentada a abordagem metodológica que orientou a pesquisa de campo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa desenvolveu-se numa abordagem qualitativa, tendo em vista não somente a sua imersão num determinado contexto social, mas também por ter questões complexas as quais não poderiam ser quantificadas (OLIVEIRA, 2005).

Inicialmente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental em livros, artigos e demais produções textuais com o intuito de ter uma aproximação aos debates já desenvolvidos pelo tema escolhido (FLICK, 2013, p. 125-126). Além disso, essa etapa também permitiu elencar e estabelecer a historicidade de um dos sindicatos atuantes na região de Suape: o SINTEPAV-PE.

Em seguida, estabeleceu-se o campo empírico o qual na pesquisa qualitativa se refere a uma delimitação espacial do recorte teórico relacionado ao objeto de estudo (MINAYO, 2009). Nesse sentido, essa delimitação ocorreu em três momentos distintos: primeiramente, por meio da técnica de observação não-participante (CRESWELL, 2010) no “Fórum Suape: Espaço Socioambiental”; nesse encontro, houve a gravação do depoimento de um trabalhador do Complexo Suape o qual estava presente na reunião. O segundo momento ocorreu por meio da entrevista semiestruturada (CRESWELL, 2010) realizada com uma representante do Ministério Público do Trabalho da 6ª Região (MPT-6ª Região), em Recife; e por último, uma entrevista, também no formato semiestruturada, realizada com um trabalhador do Complexo Suape. Para os fins de preservação da identidade dos informantes, optou-se pela seguinte identificação: T1 (trabalhador do CIPS presente no Fórum Suape) e P1 (Procuradora do MPT - 6ª região).

A seleção desses participantes da pesquisa foi intencional e ocorreu por meio dos contatos realizados ao longo do trabalho. Entende-se que essa intencionalidade é uma das

vantagens da pesquisa qualitativa. Para Flick (2013), a pesquisa qualitativa oferece ao pesquisador a vantagem da intencionalidade na definição dos participantes segundo sua relevância.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo (AC). A análise de conteúdo procura descobrir as entrelinhas dos conteúdos manifestados, isto é, procurar ir além do que está sendo dito (GOMES, 2009). Desta forma, esse método de análise permite produzir inferências por meio de comparações contextuais, entre os dados coletados e a lente teórica utilizada (FRANCO, 2008). Para esta pesquisa, adotou-se a perspectiva qualitativa da análise de conteúdo. Esta é definida pela presença ou ausência de uma característica de conteúdo ou de fragmento de mensagem (GOMES, 2009). Por fim, entre as abordagens da análise de conteúdo, optou-se pela análise temática, em qual cada citação é apresentada em cada título de categoria (SILVERMAN, 2009).

O quadro 2 expõe a análise temática realizada com as entrevistas e demais materiais coletados na pesquisa. Nele, são apresentadas as categorias as quais foram estabelecidas pelo referencial teórico e também ao longo do trabalho de campo, e os temas encontrados nos fragmentos documentais e das transcrições das entrevistas.

Quadro 2 – Categorização temática

Categorias	Temas
Estratégia	Mobilização Judicialização Mediação
Arena de decisão	Segurança do trabalho Reivindicações de salários Benefícios trabalhistas Mobilidade Atendimento médico Problemas oriundos do meio de produção
Cooptação	Falta de representatividade
Campo social	Organização da luta dos trabalhadores no campo do trabalho e no campo político
Relações dissimétricas	A justiça determina algo e os patrões fazem outra Opressão para com os trabalhadores Divergências entre sindicatos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sessão seguinte, apresenta-se um histórico sobre o SINTEPAV e discute-se as relações de poder entre os agentes atuantes no campo social de Suape.

DISCUSSÃO

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem do Estado de Pernambuco (Sintepav-PE) foi fundado em 23 de setembro de 2000 (RODRIGUES, 2012). No começo de sua história, esteve presente nas obras de duplicação da BR-232. Recentemente, devido aos grandes projetos de infraestrutura, o Sintepav-PE contou com aproximadamente 40 mil trabalhadores nas obras da Arena da Copa, Refinaria Abreu e Lima, Transposição do São Francisco e Ferrovia Transnordestina (SINTEPAV-PE, s/d).

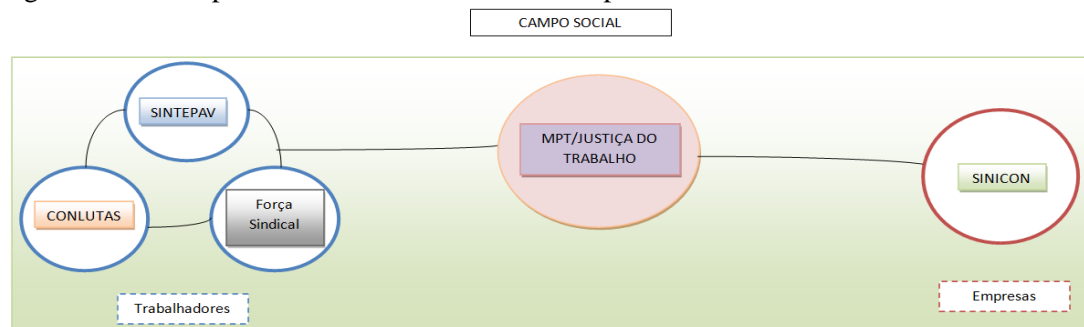
Esse sindicato também se faz presente em outros estados, como por exemplo, no Ceará e na Bahia. Neste último, em sua página na internet, há uma informação importante sobre o papel do Estado na constituição de sindicatos da categoria do Sintepav-PE:

Após a Constituição de 1988, quando o Ministério do Planejamento e Orçamento da União dividiu o ramo da construção civil e pesada, os trabalhadores, que já erguiam obras de extrema importância para o país, puderam se organizar sem a intervenção estatal (SINTEPAV- BA, s/d).

Esse fato parece mostrar outra perspectiva para o panorama cultural dos sindicatos brasileiros, tendo em vista a forte intervenção do Estado na constituição deles (BARROSO, 2010). Nesse sentido, essa organização dos sindicatos talvez se configure em novas relações de poder entre esses agentes. Partindo-se nessa direção, foi possível chegar a um esforço de ilustração sobre as relações de poder e de seus principais atores presentes no campo social das relações de trabalho em Suape.

A figura que se segue mostra a representação desse campo social. Nela é possível perceber dois polos: o dos trabalhadores e os das empresas. No primeiro, veem-se três organizações sindicais: o Conlutas, a Força Sindical e o SINTEPAV-PE, esse último é representante da categoria dos trabalhadores da indústria pesada. Já no outro polo, esta o representante das empresas, neste caso as que tem atividades no setor da construção pesada. Entre esses, faz-se presente o poder público constituído pelo MPT-PE (Ministério Público do Trabalho) e a Justiça do Trabalho, os quais tem a função de mediação. Sendo assim, essa ilustração tenta mostrar um espaço em que os agentes medem força através de diferentes recursos pelos quais dispõem (VIEIRA; MISOCZKY, 2003).

Figura 3 – O Campo social do sindicalismo em Suape



Fonte: Elaborado pelos autores.

As relações estabelecidas entre os agentes ilustrados na figura 3 podem mostrar “múltiplos grupos na arena de decisão” (VIEIRA; MISOCZKY, 2003, p. 53) e também coalizões movidas pelos mais diversos interesses (CARVALHO; VIEIRA, 2007). Em entrevista realizada com um representante do MPT-PE, identificou-se que é muito frequente a ocorrência de divergências entre as categorias dos sindicatos, e entre esses e os trabalhadores:

Várias! Em termos de base salarial, de prazos para contratação de imigrantes. Então, às vezes não conseguem chegar a um acordo, é normal, as divergências são normais, o que não pode é elas se tornarem violentas, mas as divergências elas são dialéticas, o direito é dialético, a justiça, digamos assim o sistema, a democracia é dialética. Então, eles se discordam em vários pontos mas, eles se reúnem através de seus presidentes, de seus diretores para conversar quando eles não chegam a um consenso, aí eles entram com a denúncia aqui no ministério público e pedem uma mediação, aí o ministério público vai funcionar como mediador, aquela terceira pessoa que vai tentar conciliar, se não chegar a uma conciliação, aí a gente tem que judicializar para que a justiça diga quem é que tem razão (ENTREVISTA, P1)

Em seu discurso, P1 sinaliza que essas discordâncias entre os sindicatos se materializam em arenas de decisão. Os próprios sindicatos podem estabelecer um consenso entre si sobre determinado assunto, contudo, as vezes é necessária a judicialização, isto é, a intervenção do Ministério Público nessa arena. Com isso, percebe-se que esse recurso é uma estratégia a disposição do MPT para resolver os conflitos entre os sindicatos; além disso, confirma-se a função desse agente no campo da figura 3: mediar os interesses entre as partes, bem como intervir caso seja necessário.

Mesmo que os sindicatos tenham divergências entre si, o respondente P1 discorre sobre cooptação:

Em Suape nem tanto, é uma escolha política do sistema democrático. O sistema brasileiro, inclusive eu estava, vários autores são críticos e eu sou um pouco crítica sobre esse sistema que eu acho que nem deveria intervir, deveria deixar que os sindicatos se resolvessem, mas tem hora que tem que intervir, porque senão tem capeletas, sindicato que o empregador que manda tem de tudo. É como a política, que infelizmente tem a má e a boa política, então no sindicato é a mesma coisa (ENTREVISTA, P1).

É notório que o Estado brasileiro tem como característica a intervenção na organização dos sindicatos no Brasil, conforme já foi salientado pelo referencial teórico e, principalmente, reforçado pela respondente. Mesmo que não se tenha muito nítido o processo de cooptação das lideranças sindicais em Suape, sabe-se que os sindicatos mantêm divergências entre si, e que isso é normal dentro dos conformes.

Ressalta-se que o campo social é uma estrutura dinâmica e regida por leis próprias (CARVALHO;VIEIRA, 2007). Tal afirmação é perceptível no referido campo social, pois não apenas a judicialização finaliza os conflitos existentes entre as partes. Nesse sentido, cabe aos sindicatos a utilização de seu capital social para constituir mobilizações, conforme se constata nos recortes documentais a seguir:

A Força Sindical entende que a luta dos trabalhadores deve ser cada vez mais organizada e eficaz. Para isto, faz-se necessário que esta organização se dê no campo do trabalho e também na área política, uma vez que os empresários são maioria no Congresso Nacional (ASSESSORIA DE IMPRESSA DA FORÇA SINDICAL, 2011).

O presidente do Sintepav-PE e da Força Sindical, Aldo Amaral resolveu suspender a mobilização e a panfletagem que ocorreria nesta segunda-feira (17), em Suape, contra a cobrança de pedágio na região. A decisão ocorre em virtude da Concessionária Rota do Atlântico ter procurado Aldo Amaral para um diálogo, com o objetivo de buscar uma solução para a cobrança de pedágio na região de Suape, respeitando assim o direito de ir e vir do trabalhador (SINTEPAV-PE, 2014).

Se valendo de situações minoritárias, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav-PE) protagonizou uma ação desastrosa que quase fez o bairrismo explodir de vez em Suape (GUARDA; LIMA, 2011).

Muitas dessas arenas de decisão se materializam em torno das seguintes questões: questões salariais, aspectos das condições de trabalho (Segurança do Trabalho), mobilidade, verbas alimentares e desmobilização dos trabalhadores (realocação). A seguir, algumas dessas pautas são apresentadas nos recorte documental e no discurso de P1:

Como se não bastasse toda a exploração, salários baixos e péssimas condições de trabalho assim como de mobilidade e atendimento médico, problemas oriundos do meio de produção em que vivemos na sociedade capitalista, que são bastante frequentes em Suape. Por essa razão já ocorreram várias paralisações e greves como a do mês de fevereiro/março que durou 18 dias, julgada pela justiça (DRT) onde foi conquistado R\$ 160 na cesta básica e 100% aos sábados apesar da ilegalidade (RAMOS, 2011).

Mas, o que a gente vem observando nos últimos tempos é que desde dezembro agente está preocupado com a desmobilização. Ok, chegou esse crescimento de Pernambuco, tenta-se incrementar a empregabilidade, mas e agora que a obra acabou da refinaria?! (ENTREVISTA, P1)

Com o que foi discutido até o presente momento, talvez seja pertinente inferir que o campo social em estudo é permeado por relações assimétricas, em que se evidenciam uma relação desigual (RAFFESTIN, 1993; CARVALHO;VIEIRA, 2007). Em face dessa característica, é possível depreender que por meio dos conflitos existentes entre os agentes, pode-se ter processos de mudança (VIEIRA; MISOCKZY, 2003).

Porventura, uma dessas mudanças seja o fortalecimento dessas organizações no sentido de que possam conseguir melhorar a realidade laboral de seus sindicalizados. Acerca desse aspecto, P1 expõe seu ponto de vista:

Eu acho que essa situação toda está fortalecendo sindicato. Então, de toda essa gama de pessoas que estão atordoadas hoje, como a Petrobrás e o próprio governo. Então, eu acho que o sindicato da categoria laboral como da patronal poderiam continuar se fortalecendo, porque eles estão tendo que dialogar para resolver a situação das empresas (ENTREVISTA, P1).

No entanto, esse fortalecimento do sindicato talvez não seja muito claro para os trabalhadores, no sentido de trazer mudanças:

É muito importante a vocês saberem o que tá acontecendo lá com os trabalhadores de Suape, os pais de família que estão lá, a opressão que eles tão tendo lá dos patrões que faz as obras das empresas. **As empresas não respeitam nem a própria justiça daqui de Pernambuco**, onde a justiça determina uma coisa e os patrões passam por cima. Não é justa causa, é injusta causa, porque quando chega à justiça que bota os trabalhador junto com o juiz, a empresa não tem prova contra o trabalhador, **o juiz passa a mão na cabeça** é uma injusta causa contra um cidadão, contra um pai de família (DEPOIMENTO, T1).

Finalmente, foi possível perceber que as relações de poder e os conflitos se configuram num campo social, no qual há agentes que com suas políticas e estratégias o tornam dinâmico. Essa dinamicidade é provocada por relações assimétricas e por relações de poder do tipo conflituosas, que podem porventura estabelecer processos de mudanças não somente entre os sindicatos, mas também para os trabalhadores. É evidente nesse campo, a atuação do Estado e do poder judiciário, seja assumindo o papel de interventores ou de intermediadores entre as relações dos sindicatos patronal e laboral. Portanto, todos esses aspectos podem de certa maneira influenciar a atuação do SINTEPAV-PE.

CONCLUSÕES

Este artigo teve o propósito de compreender como se dão as relações de poder no movimento sindical atuante em Suape-Pe, a partir do caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada de Pernambuco (Sintepav-Pe). Para tal objetivo, utilizou-se diferentes abordagens sobre as relações de poder, tais como Carvalho e Vieira (2007), Vieira e Misockzy (2003) e por fim, Raffestin (1993).

Em relação ao histórico do Sintepav-PE, sabe-se que ele foi fundado nos anos 2000 e possui o mesmo presidente na gestão sindical. Foi possível também verificar outros sindicatos da mesma categoria em outros estados, e o papel do Estado, que por meio da Constituição Federal, permitiu a criação dessa categoria.

Em relação aos conflitos existentes, foram identificadas as principais pautas: questões salariais, aspectos relativos às condições de trabalho (Segurança do Trabalho), mobilidade, verbas alimentares e desmobilização dos trabalhadores (realocação). Nessas questões, identificou-se alguns atores participantes: Conlutas, Força Sindical e principalmente, o SINTEPAV-PE, os quais representam o grupo laboral; além disso, a pesquisa identificou a presença do sindicato patronal (SINICON), e como mediador o Ministério Público do Trabalho.

Também foi possível perceber a centralidade do papel do estado através da ação do poder judiciário e a existência de divergências não somente entre os polos do capital e dos trabalhadores, mas também no âmbito interno deles. Por fim, a pesquisa permitiu classificar as relações de poder como assimétricas e do tipo com conflitos.

Por meio deste estudo, tendo como exemplo o Sintepav-PE, as relações de poder estão configuradas num campo social, e são compreendidas como assimétricas e do tipo com conflitos. Notadamente, esses conflitos são divergências que abrangem aspectos políticos e também assuntos relacionados ao direito do trabalho. Por isso, no âmbito deste trabalho, podem ser caracterizados como de natureza múltipla, mas comuns no campo trabalhista. O estudo também conseguiu identificar que a principal estratégia dos sindicatos é a mobilização popular, no caso as greves, e também se verificou o papel do MPT-PE.

Verificou-se, também, que há certa fragilização dos sindicatos, pois ainda as suas pautas giram em torno de direitos básicos, por outro lado há um fortalecimento dos conflitos entre os sindicatos tanto da parte patronal como da laboral, daí isso pode ser visto como um fato que pode apontar para uma possível intensificação destes conflitos. Por isso e limitado pelo tempo da pesquisa, concluímos pela necessidade de maior aprofundamento acerca dessas relações, principalmente, sob a ótica do trabalhador, que considerem elementos como a precarização das relações de trabalho na localidade.

Como perspectivas para futuras pesquisas, sugere-se voltar-se para a compreensão do fortalecimento desses sindicatos, políticas públicas para a realocação dos trabalhadores desmobilizados, além de investigação sobre as práticas organizativas dessas organizações sindicais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**, v. 12, n. 2, 2009.

_____, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista de Sociologia Política**, n. 19, 2002.

AMARAL, A. E. P. do. Aspectos das relações de trabalho e do movimento sindical da zona da mata de Pernambuco. **Ciência & Trópico**, v. 12, n. 2, 1984. Disponível em:<<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/361>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ASSESSORIA DE IMPRESSA DA FORÇA SINDICAL. **Sindicalismo moderno versus casuísmo marxista**. 2011. Postado em: 03 out. 2011 em Blog de Jamildo. Disponível em:<<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/10/03/sindicalismo-moderno-versus-casuismo-marxista/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BARROSO, F. B. Um novo sindicalismo. In: BARROSO, F. B. **Estudos sobre Direito Sindical**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 25 – 31.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **O poder nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CAVALCANTI, B. P. A Precarização do Trabalho a partir dos movimentos sindicais no Complexo Industrial Portuário de Suape. **RELATÓRIO DE PESQUISA** (Iniciação Científica), 2013.

COSTA, M. da S. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Estudos Sociais (RBCS)**, v.20, n.59, out. 2005.

CRESWALL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GAMEIRO, R.; CARVALHO, C. A. Reposicionando as lutas sociais na emergência das políticas públicas na cultura – O exemplo do Movimento Manguê. In: CARVALHO, C. A.; DOURADO, D. P.; GAMEIRO, R. (orgs.). **Cultura e Transformação: políticas e experiências culturais**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2013, p. 13 – 43.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 79 – 108.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. Tradução de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GUARDA, A.; LIMA, F. **Babel de tensão e interesses**, 2011. Disponível em:<<http://pedesenvolvimento.com/2011/02/20/babel-de-tensao-e-interesses/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

HENRIQUE, V. L. **As transformações no mundo do trabalho e o sindicalismo brasileiro**. 2010 347f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2010.

HILÁRIO, A. C. Movimento Sindical. In: CASTRO, C. L. F. de; CONTIJO, C. R. B; AMABILE, A. E. de N. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Eduemg, 2012.

KOURY, M. G. P. Movimento Sindical Rural na Zona da Mata de Pernambuco, Brasil: assistencialismo e novas formas de resistência, 1969 a 1974. **Revista ABET**, v.11, n.1, 2012. Disponível em:< <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/15593/8925>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

KREIN, J. D et al. As centrais sindicais e a dinâmica do emprego. **Estudos Avançados** 29 (85), 2015.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 61 – 77.

MUGNOLO, J. P. O Estado e as Relações Laborais. In: BARROSO, F. B. **Estudos sobre Direito Sindical**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 15 – 24.

OLEA, M. A. Semiologia do Sindicalismo: Reflexão sobre o papel dos sindicatos em face da reestruturação da sociedade global e brasileira. In: BARROSO, F. B. **Estudos sobre Direito Sindical**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 33 – 49.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, A. **Conlutas ataca força sindical e vê gangue sindical em Suape**. 2011. Postado em: 03 out. 2011 em Blog de Jamildo. Disponível em:<<http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2011/10/03/conlutas-ataca-forca-sindical-e-ve-gangue-sindical-em-suape/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

RODRIGUES, V. de O. **Para não dizer que falei de flores: as lutas dos trabalhadores da construção civil no complexo industrial e portuário de Suape (PE)**. 2012. 82f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2012.

SERAFIM, M. C. Capital Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 31 – 34.

SILVERMAN, D. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SINTEPAV-BA. **A história do Sintepav**. Disponível em:<<http://www.sintepav.org.br/a-historia-do-sintepav/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

SINTEPAV-PE. **O Sintepav-PE**. Disponível em:<<http://sintepav-pe.org.br/o-sintepav-pe/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. **Força sindical suspende mobilização em Suape**, 2014. Disponível em:<<http://sintepav-pe.org.br/forca-sindical-suspende-mobilizacao-em-suape/>>. Acesso em: 08 ago. 2014.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEREZA LEITÃO. Tereza lembrou que movimento sindical pernambucano foi o mais atacado pela Ditadura, 2014. Disponível em:< <http://www.teresaleitao.com.br/teresa-lembrou-que-movimento-sindical-pernambucano-foi-o-mais-atacado-pela-ditadura/>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

TITO, D. **A receita amarga de Suape**, 2014. Disponível em:<<http://sintepav-pe.org.br/a-receita-amarga-de-suape/>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

VIEIRA, M. M. F.; MISOCZKY, M. C. Instituições e poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.(Orgs.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora da UFPE, 2003, p. 41-60.